

CONVENIO
CIESP

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
0.806.317/20-6



JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL

GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.

CNPJ nº 12.695.840/0001-03

NIRE 35.224.784.497

19ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular,

(a) **JULIUS BAER GROUP LTD.**, uma empresa organizada e constituída de acordo com as leis da Suíça, com sede na cidade de Zurique, em Bahnhofstrasse 36, 8001 Zurique, Suíça, registrada junto ao CNPJ sob o nº 13.476.318/0001-95, neste ato representada por seu bastante procurador, o Sr. **Fernando Pinto Vallada**, brasileiro, casado, arquiteto, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.270.627, inscrito no CPF/ME sob o nº 089.325.058-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 1400, Apt. 502, Itaim Bibi, CEP 04542001; e

(b) **JULIUS BAER INVESTMENT LTD.**, uma empresa organizada e constituída de acordo com as leis da Suíça, com sede na cidade de Zurique, em Bahnhofstrasse 36, 8001 Zurique, Suíça, inscrita no CNPJ sob o nº 13.476.319/0001-30, neste ato representada por seu bastante procurador, o Sr. **Fernando Pinto Vallada**, acima qualificado;

sócias representando a totalidade do capital social da **JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ sob o nº 12.695.840/0001-03 ("Sociedade"), com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.224.784.497 ("Contrato Social"), deliberam alterar o Contrato Social da Sociedade, procedendo da seguinte forma:

I. Destituição e Eleição de Conselheiros

I.1. As sócias decidem, por unanimidade, consignar a destituição dos seguintes membros do Conselho de Administração, eleitos na 15ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade, datada de 29 de outubro de 2019 e devidamente registrada na JUCESP em 16 de dezembro de 2019

JUR
SP
25 10 20
22

sob o nº 642.993/19-1: (i) **Matthew Pigdon Alexander**, britânico, casado, executivo, portador do passaporte nº 544030576, residente e domiciliado em Meilen, Zurique, Suíça, na Feldhofstrasse, 8706, do cargo de membro do Conselho de Administração da Sociedade, com efeitos a partir de 13 de maio de 2020; (ii) **João Roberto Gonçalves Teixeira**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 5.243.221 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 806.452.757-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Juriti, 246, apto. 131, CEP 04520-000, do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 26 de julho de 2020; e (iii) **Daniel Wainstein**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.818.609-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 125.694.838-18, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Frederico Chopin, 283, apto. 151, Jardim Paulistano, CEP 01454-030, do cargo de membro do Conselho de Administração.

I.2. Diante da destituição do Presidente do Conselho de Administração, as sócias decidem, por unanimidade, apontar o Conselheiro eleito na 15ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade, datada de 29 de outubro de 2019 e devidamente registrada na JUCESP em 16 de dezembro de 2019 sob o nº 642.993/19-1, Sr. **Rodrigo Teixeira Bonfim**, brasileiro, casado, executivo, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.288.503-8 SSP/AM, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.008.897-32, residente e domiciliado na Cidade de Montevidéu, Edifício M2 Ruta 8 km 17.500 Zonamerica Montevidéu 91600, Uruguai, devidamente representado por seu bastante procurador, o Sr. **Fernando Pinto Vallada**, acima qualificado, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração com efeitos a partir de 26 de julho de 2020.

I.3. As sócias decidem, por unanimidade, eleger como membros do Conselho de Administração da Sociedade os Srs.: (i) **Marcelo André Steuer**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.893.650-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 954.742.008-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador de Mendonça, 52, Jardim Europa, CEP 01450-040, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (ii) **Boris Muroch**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade RG nº 6.951.714 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 013.875.838-75, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, para o cargo de membro do Conselho de Administração. Os conselheiros ora nomeados tomam posse nesta data para um mandato de 1 (um) ano e seus respectivos termos de posse encontram-se anexos a este documento como Anexo I.

JUR_

SP - 37293677v1 - 1892003.439678

22

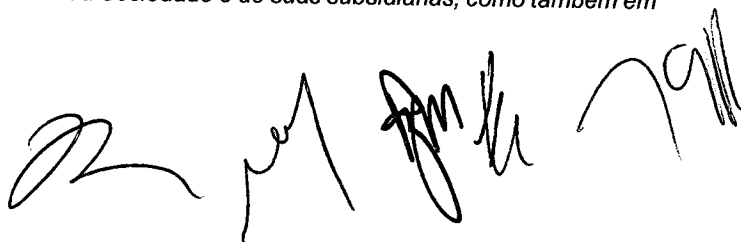
II. Alteração à Cláusula de Objeto Social

II.1. A fim de certificar a Sociedade como uma Empresa B, os sócios, por unanimidade, resolvem inserir na cláusula de objeto social a linguagem sugerida pelo Sistema B, para que o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Sociedade considere: (a) os interesses de curto e longo prazo da Sociedade e de seus sócios; e (b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Sociedade em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Sociedade e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

II.2. Tendo em vista as deliberações acima, as sócias resolvem alterar a Cláusula 3ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"OBJETO SOCIAL

Cláusula 3ª. - A Sociedade tem como objeto social: (i) a administração de carteira de valores mobiliários e fundos de investimento, próprios ou de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por delegação a outros administradores; (ii) a prestação de serviços correlatos à administração de carteira de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a, assessoria e consultoria nas áreas de planejamento financeiro, investimentos em geral e atividades complementares; (iii) assessoria e consultoria financeira e de investimentos em geral e estruturação de títulos, valores mobiliários, ativos e/ou outros produtos financeiros; (iv) consultoria imobiliária; (v) realização de pesquisas e análises necessárias para contribuir com as teses de investimento, tais como pesquisa de imóveis, pesquisa macroeconômica e arrecadação e análise de informações de outras sociedades, incluindo companhias abertas e fechadas; (vi) prestação de serviços de distribuição de cotas de fundos de investimentos geridos pela própria Sociedade; e (vii) a participação em quaisquer outras sociedades como sócio, acionista ou quotista. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Sociedade deverá considerar: (a) os interesses de curto e longo prazo da Sociedade e de seus sócios; e (b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Sociedade em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Sociedade e de suas subsidiárias, como também em



JUN 2011

2011 2012 2013

2014

relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.”

III. Alteração à Cláusula de Administração

III.1. A fim de certificar a Sociedade como uma Empresa B, os sócios, por unanimidade, resolvem inserir na cláusula sobre a administração da Sociedade a linguagem sugerida pelo Sistema B, para que, no desempenho de suas funções, os administradores da Sociedade considerarem o melhor interesse da Sociedade, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Sociedade e às suas subsidiárias: (i) os sócios; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global.

III.2. Tendo em vista as deliberações acima, as sócias resolvem alterar a Cláusula 6ª do Contrato Social da Sociedade, alterando o Parágrafo Único para Parágrafo Segundo e inserindo o Parágrafo Primeiro, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6ª. - A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria e por um Conselho de Administração, na forma das cláusulas abaixo.

Parágrafo Primeiro - No desempenho de suas funções, os administradores da Sociedade considerarem o melhor interesse da Sociedade, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Sociedade e às suas subsidiárias: (i) os sócios; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global.

Parágrafo Segundo - A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.”

IV. Alteração de Prazo de Mandato, Destituição e Eleição de Diretores Executivos

JUR_SP - 37293677v1 - 1892003.439678

JUR SP

25 10 2019

11

II.1. As sócias decidem, por unanimidade, destituir dos cargos de Diretores Executivos da Sociedade os Srs. (i) **Fernando Pinto Vallada**, acima qualificado; e (ii) **Marcelo Steuer**, acima qualificado, os quais foram eleitos para os referidos cargos na 15ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade, datada de 29 de outubro de 2019 e devidamente registrada na JUCESP em 16 de dezembro de 2019 sob o nº 642.993/19-1.

II.2. Os Srs. **Fernando Pinto Vallada** e **Marcelo André Steuer**, acima qualificados, neste ato conferem à Sociedade a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação com relação a quaisquer direitos ou o recebimento de quaisquer valores relativos às suas participações na administração da Sociedade, para mais nada reclamar da Sociedade e/ou de suas sócias a qualquer tempo, título ou pretexto.

II.3. Ato contínuo, as sócias decidem, por unanimidade, alterar a redação do *caput* da Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade, para constar que o mandato dos Diretores Executivos da Sociedade passa a ser de 3 (três) anos.

II.4. Por fim, as sócias resolvem eleger os Srs. (i) **Jan Gunnar Karsten**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG nº 25.141.232 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.400.649-64, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040; e (ii) **Paulo Pereira Miguel**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade RG nº 19.520.134-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 195.200.658-90, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, para os cargos de Diretores Executivos da Sociedade. Os Diretores Executivos ora nomeados tomam posse nesta data com um mandato de 3 (três) anos e seus respectivos termos de posse encontram-se anexos a este documento como seu Anexo II.

II.5. Tendo em vista as deliberações acima, as sócias resolvem alterar o *caput* e o parágrafo 1º da Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Seção I – Diretoria

JUN 2013

Cláusula 7ª. - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, todos pessoas físicas, sócios ou não, residentes e domiciliados no Brasil, os quais serão classificados como Diretores Executivos. Os Diretores ficarão incumbidos de desempenhar funções de administração e de representação da Sociedade e serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, podendo ser substituídos ou destituídos a qualquer momento por deliberação dos sócios. Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução e observarão as condições previstas nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º - São considerados Diretores Executivos da Sociedade os Srs. (i) **Jan Gunnar Karsten**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG nº 25.141.232 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.400.649-64, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040; e (ii) **Paulo Pereira Miguel**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade RG nº 19.520.134-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 195.200.658-90, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, sendo que:

(i) ao Sr. **Paulo Pereira Miguel**, acima qualificado, pessoa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), são atribuídas as responsabilidades (a) pelo exercício da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do artigo 4º, inciso III da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015 ("**Instrução CVM 558**"), sendo designado "Diretor de Administração de Carteira de Valores Mobiliários"; (b) pela distribuição de cotas de fundo de investimento, nos termos do artigo 30, inciso II, da Instrução CVM 558 sendo designado "Diretor de Distribuição"; e (c) pela adequação e verificação da compatibilidade do perfil dos investidores com os investimentos a serem realizados (suitability), nos termos artigo 7º, inciso III, da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, sendo designado "Diretor de Suitability"; e

(ii) ao Sr. **Jan Gunnar Karsten**, acima qualificado, são atribuídas as responsabilidades (a) pela análise e gestão dos riscos da carteira de investimento da Sociedade, nos termos do artigo 4º, inciso V, da Instrução CVM 558, sendo designado "Diretor de Gestão de

JULIUS
BAER
FAMILY
OFFICE
BRASIL

Riscos”; (b) pela identificação, cadastro e registro de investidores e de transações realizadas pela Sociedade para prevenir ilícitos vinculados à lavagem de dinheiro (PLD) ou ocultação de bens, direitos e valores, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, sendo designado “Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo”; e (c) pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos (compliance), nos termos do artigo 4º, inciso IV da Instrução CVM 558, sendo designado “Diretor de Compliance”.

V. Consolidação do Contrato Social

V.1. Em decorrência das deliberações acima, as sócias decidem, por unanimidade, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL DA JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.

DENOMINAÇÃO

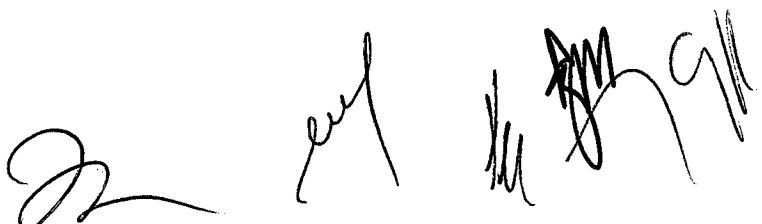
Cláusula 1ª. - A **Julius Baer Family Office Brazil Gestão de Patrimônio Ltda.** é uma sociedade empresária limitada, regida por este Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações” e “Sociedade”, respectivamente).

Parágrafo Único - A Sociedade poderá utilizar-se do nome fantasia “Julius Baer Family Office”.

SEDE E FILIAIS

Cláusula 2ª. - A Sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País, por deliberação dos sócios titulares representando a maioria do capital social.

Parágrafo Único - A Sociedade possui 2 (duas) filiais, quais sejam:



(i) Na cidade e estado do Rio de Janeiro, à Avenida Niemeyer, nº 02, loja 110, sala 02, Leblon, CEP 22450-220; e

(ii) Na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, nº 258, 12º andar, sala 1201, parte, bairro Funcionários, CEP 30112-020.

OBJETO SOCIAL

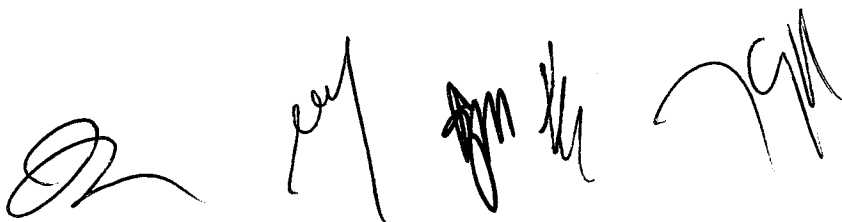
Cláusula 3ª. - A Sociedade tem como objeto social (i) a administração de carteira de valores mobiliários e fundos de investimento, próprios ou de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por delegação a outros administradores; (ii) a prestação de serviços correlatos à administração de carteira de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a, assessoria e consultoria nas áreas de planejamento financeiro, investimentos em geral e atividades complementares; (iii) assessoria e consultoria financeira e de investimentos em geral e estruturação de títulos, valores mobiliários, ativos e/ou outros produtos financeiros; (iv) consultoria imobiliária; (v) realização de pesquisas e análises necessárias para contribuir com as teses de investimento, tais como pesquisa de imóveis, pesquisa macroeconômica e arrecadação e análise de informações de outras sociedades, incluindo companhias abertas e fechadas; (vi) prestação de serviços de distribuição de cotas de fundos de investimentos geridos pela própria Sociedade; e (vii) a participação em quaisquer outras sociedades como sócio, acionista ou quotista. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Sociedade deverá considerar: (a) os interesses de curto e longo prazo da Sociedade e de seus sócios; e (b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Sociedade em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Sociedade e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

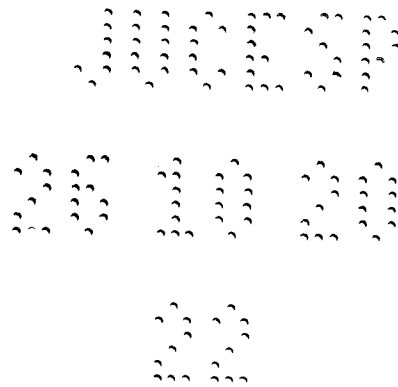
DURAÇÃO

Cláusula 4ª. - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. - O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 762.016.359,00 (setecentos e sessenta e dois milhões, dezesseis mil e trezentos e cinquenta





e nove reais), dividido em 762.016.359 (setecentas e sessenta e duas milhões, dezesseis mil e trezentas e cinquenta e nove) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios na seguinte proporção:

- (a) **JULIUS BAER GROUP LTD.** possui 762.016.358 (setecentas e sessenta e duas milhões, dezesseis mil e trezentas e cinquenta e oito) quotas, no valor total de R\$ 762.016.358,00 (setecentos e sessenta e dois milhões, dezesseis mil e trezentos e cinquenta e oito reais); e
- (b) **JULIUS BAER INVESTMENT LTD.** possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização.

Parágrafo 2º - A Sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

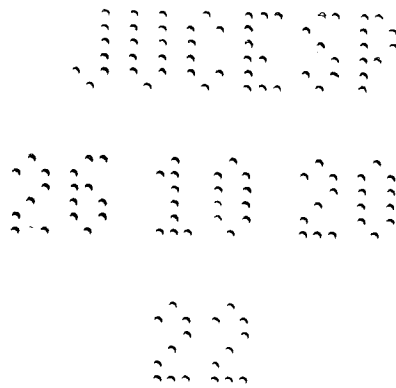
ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6ª. - A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria e por um Conselho de Administração, na forma das cláusulas abaixo.

Parágrafo Primeiro - No desempenho de suas funções, os administradores da Sociedade considerarem o melhor interesse da Sociedade, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Sociedade e às suas subsidiárias: (i) os sócios; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global.

Parágrafo Segundo - A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

Seção I – Diretoria



Cláusula 7ª. - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, todos pessoas físicas, sócios ou não, residentes e domiciliados no Brasil, os quais serão classificados como Diretores Executivos. Os Diretores ficarão incumbidos de desempenhar funções de administração e de representação da Sociedade e serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, podendo ser substituídos ou destituídos a qualquer momento por deliberação dos sócios. Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução e observarão as condições previstas nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º - São considerados Diretores Executivos da Sociedade os Srs. (i) **Jan Gunnar Karsten**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG nº 25.141.232 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.400.649-64, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040; e (ii) **Paulo Pereira Miguel**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade RG nº 19.520.134-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 195.200.658-90, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, sendo que:

(i) ao Sr. **Paulo Pereira Miguel**, acima qualificado, pessoa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), são atribuídas as responsabilidades (a) pelo exercício da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do artigo 4º, inciso III da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015 ("**Instrução CVM 558**"), sendo designado "Diretor de Administração de Carteira de Valores Mobiliários"; (b) pela distribuição de cotas de fundo de investimento, nos termos do artigo 30, inciso II, da Instrução CVM 558 sendo designado "Diretor de Distribuição"; e (c) pela adequação e verificação da compatibilidade do perfil dos investidores com os investimentos a serem realizados (suitability), nos termos artigo 7º, inciso III, da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, sendo designado "Diretor de Suitability"; e

(ii) ao Sr. **Jan Gunnar Karsten**, acima qualificado, são atribuídas as responsabilidades (a) pela análise e gestão dos riscos da carteira de investimento da Sociedade, nos termos do artigo 4º, inciso V, da Instrução CVM 558, sendo designado "Diretor de Gestão de Riscos"; (b) pela identificação, cadastro e registro de investidores e de transações realizadas pela Sociedade para prevenir ilícitos vinculados à lavagem de dinheiro (PLD) ou ocultação de bens, direitos e valores, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, sendo designado "Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e

JUR SP
2019
22

ao Financiamento ao Terrorismo"; e (c) pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos (compliance), nos termos do artigo 4º, inciso IV da Instrução CVM 558, sendo designado "Diretor de Compliance".

Parágrafo 2º - Os Diretores devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias contados de suas respectivas nomeações, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo 3º - A remuneração dos Diretores será estabelecida por deliberação dos sócios titulares de mais da metade do capital social e será levada à conta de despesas gerais da Sociedade, podendo a deliberação estabelecer que os Diretores não perceberão qualquer remuneração.

Parágrafo 4º - A Diretoria não é órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério de 2 (dois) Diretores Executivos, para tratar de aspectos operacionais.

Cláusula 8ª. - Sem prejuízo ao previsto nas Cláusulas 10 e 12, competem aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, para tanto dispondo, entre outros poderes, dos necessários para:

- (a) zelar pela observância da lei, deste Contrato Social e pelo cumprimento das deliberações dos sócios;
- (b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir bens móveis ou imóveis da Sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições; e
- (c) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Sociedade.

Cláusula 9ª. - A Sociedade somente será representada e se obrigará, seja para fins de assinatura de escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, seja para representação da Sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas



JUR SP
26 10 20
22

ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais por: (i) 2 (dois) Diretores Executivos, agindo em conjunto; (ii) 1 (um) Diretor Executivo e 1 (um) procurador, agindo em conjunto; (iii) 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto; ou (iv) por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, para fins exclusivos de representação da Sociedade nas assembleias e comitês dos fundos de investimento dos quais esta seja gestora, cotista ou atue como representante dos seus clientes.

Parágrafo Único - Os procuradores da Sociedade serão nomeados por instrumento próprio, assinado por 2 (dois) Diretores Executivos, no qual se especificará os poderes conferidos e o prazo do mandato, que não será superior a 1 (um) ano, salvo quando outorgados a profissionais habilitados para o foro em geral, com os poderes da cláusula "ad judicium", ou para a defesa dos interesses da Sociedade em processos administrativos.

Cláusula 10. - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer dos sócios, Diretores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Seção II – Conselho de Administração

Cláusula 11. - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, nomeados e destituídos por meio de deliberação dos sócios. Os membros do Conselho de Administração podem ser residentes e domiciliados no País ou no exterior, sendo que os membros do Conselho de Administração residentes e domiciliados no exterior deverão nomear procurador residente no Brasil, com poderes para o recebimento de citações, nos termos do Artigo 146, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios;
- (b) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Sociedade;

JUR
SP
10
20

- (c) fiscalizar a gestão da Diretora da Sociedade e fixar-lhe as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Contrato Social;
- (d) examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (e) manifestar-se sobre reorganizações societárias envolvendo a Sociedade, observado o disposto na Cláusula 10, item (a) deste Contrato Social;
- (f) aprovar a venda, oneração ou aquisição de participação em outros negócios ou sociedades;
- (g) manifestar-se sobre a dissolução ou liquidação da Sociedade, indicação de liquidante e requerimento de falência da Sociedade, observado o disposto na Cláusula 10, item (b) deste Contrato Social;
- (h) celebrar contratos de parceria, associação (joint-ventures) ou similares; e
- (i) ceder, licenciar ou de qualquer outra forma conceder qualquer direito ou acordo equivalente relativo a qualquer marca, denominação, logotipo ou qualquer outro direito de propriedade intelectual pertencente à Sociedade.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, devendo permanecer em seus cargos até a eleição de seus substitutos.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada exercício e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, por solicitação de qualquer membro, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, acompanhada da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os integrantes do Conselho de Administração. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio,

JUR
SP
37293677V1 - 1892003.439678

eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 4º - Independentemente das formalidades previstas nesta Cláusula, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

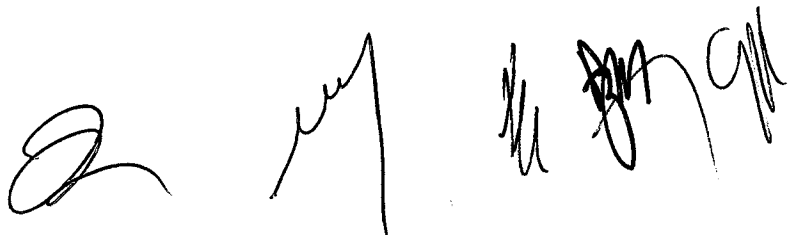
Parágrafo 6º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Sociedade, a menos que outro local seja informado na respectiva convocação. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência. A participação por tais meios será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico.

Parágrafo 7º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um dos membros do Conselho de Administração indicado pelo presidente da reunião em questão.

Parágrafo 8º - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos remotamente deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 9º - As deliberações do Conselho de Administração serão validamente tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício. Em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração deverá ter o voto de desempate.

Parágrafo 10º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração, se houver, será decidida pelos sócios.



JUR SP

26 10 20

21

Cláusula 12 – Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração não devem se envolver em operações em que tenham conflito de interesse com a Sociedade, devendo abster-se de votar, quando aplicável.

DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS

Cláusula 13. - As deliberações de sócios previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do Contrato Social ou outros atos de deliberação.

Parágrafo 1º - A reunião de sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

Parágrafo 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, nos casos em que não estiver expressamente previsto em lei ou neste Contrato Social maior quórum.

Parágrafo 3º - Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, advogado ou procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes.

Cláusula 14. - As reuniões de sócios serão convocadas pela administração da Sociedade por escrito, mediante convocação, por escrito, fac-símile ou e-mail, de qualquer dos sócios, com antecedência mínima de 3 (três) dias em primeira convocação e, em segunda convocação, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Parágrafo 1º - A convocação deverá especificar o dia, hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os sócios acordem diferentemente.

Parágrafo 2º - Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião.

Cláusula 15. - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares

JUN 20
25 10 20
10

de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cláusula 16. - As reuniões serão presididas e secretariadas por sócios (ou seus representantes legais) escolhidos entre os presentes.

Parágrafo 1º - Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

Parágrafo 2º - Cópia da ata autenticada pela administração, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação.

Parágrafo 3º - A Diretoria da Sociedade entregará cópia autenticada da ata ao sócio que a solicitar.

MODIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 17. - O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação do sócio ou sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quórum especial previsto neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quórum especial, quando superior ao quórum geral de $\frac{3}{4}$ (três quartos).

EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 18. - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Cláusula 19. - Ao fim de cada exercício social os Diretores farão elaborar o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária (Lei das Sociedades por Ações) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

JUR SP
26 10 00
11

Parágrafo 1º - As contas dos administradores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos sócios ao término do exercício social e aprovadas por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

Parágrafo 2º - A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição lucros serão aprovadas por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, garantida a todos os sócios a sua participação proporcional.

Parágrafo 3º - A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

Parágrafo 4º - A Sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação dos sócios titulares de mais da metade do capital social.

FUSÃO E INCORPORAÇÃO

Cláusula 20. - A Sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação dos sócios.

CISÃO E TRANSFORMAÇÃO

Cláusula 21. - A Sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação dos sócios representando 80% (oitenta por cento) do capital social. Os sócios renunciam ao direito de retirada no caso de transformação em companhia, nos termos do que faculta o parágrafo único do artigo 221 da Lei das Sociedades por Ações.

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Cláusula 22. - Em caso de dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por sócios titulares de mais da metade do capital social, nos termos deste Contrato Social. Nessa hipótese, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a Sociedade será declarada extinta por deliberação dos sócios titulares de mais da metade

JUR SP
26 10 20
19

do capital social, observado o disposto neste Contrato Social.

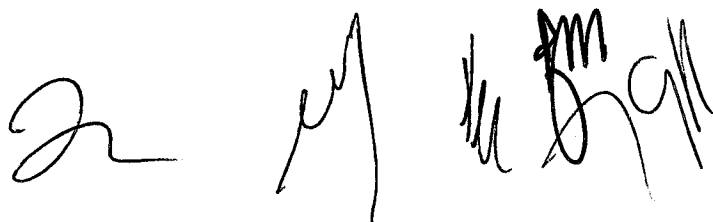
Cláusula 23. - A retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, desde que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, resolvam dissolvê-la, ou que a eventual falta de pluralidade de sócios não seja sanada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do evento. Os haveres do sócio retirante, dissidente, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base no último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, e serão pagos a quem de direito, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento.

CONSELHO FISCAL

Cláusula 24. - A Sociedade não terá conselho fiscal.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Cláusula 25. - A Sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação dos sócios titulares de mais da metade do capital social.



JULIUS
26 10 20
20

FORO

Cláusula 26. - Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

E, por estarem de pleno e comum acordo, as sócias firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

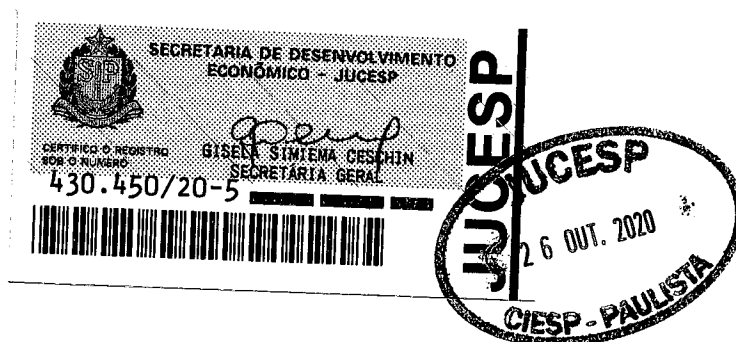
São Paulo, 09 de outubro de 2020

JULIUS BAER GROUP LTD.

pp. Fernando Pinto Vallada

JULIUS BAER INVESTMENT LTD.

pp. Fernando Pinto Vallada



JULIUS
BAER
FAM

JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL

GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.

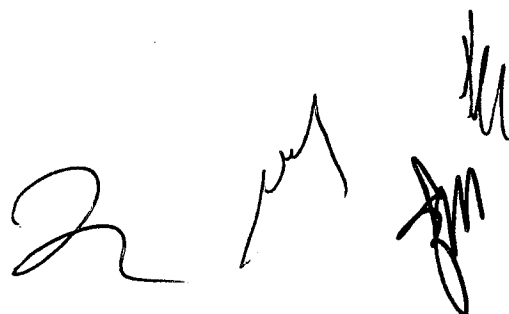
CNPJ nº 12.695.840/0001-03

NIRE 35.224.784.497

19ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ANEXO I

Termos de Posse dos membros do Conselho de Administração



JULIUS
26 10 20
20

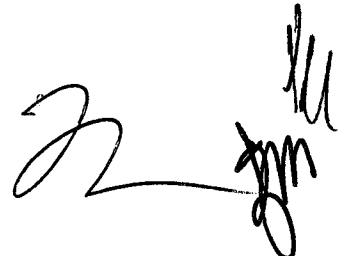
TERMO DE POSSE

Na sede social da **JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ sob o nº 12.695.840/0001-03 ("Sociedade"), é empossado o Sr. **Marcelo André Steuer**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.893.650-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 954.742.008-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador de Mendonça, 52, Jardim Europa, CEP 01450-040, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Sociedade, nos termos de sua eleição deliberada na 19ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada nesta data. O prazo de mandato do membro do Conselho de Administração ora empossado é de 01 (um) ano a contar desta data.

O membro do Conselho de Administração ora empossado declara, sob as penas da lei, preencher os requisitos legais para integrar a administração da Sociedade e não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou em decorrência do cometimento de crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

São Paulo, 9 de outubro de 2020


MARCELO ANDRÉ STEUER



JULIUS
20 10 20
20

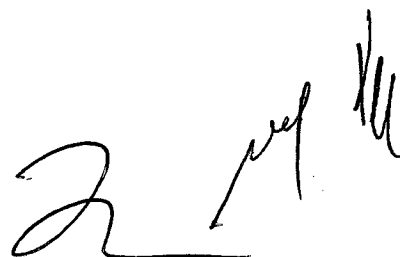
TERMO DE POSSE

Na sede social da **JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ sob o nº 12.695.840/0001-03 ("Sociedade"), é empossado o Sr. **Boris Muroch**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade RG nº 6.951.714 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 013.875.838-75, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Sociedade, nos termos de sua eleição deliberada na 19ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada nesta data. O prazo de mandato do membro do Conselho de Administração ora empossado é de 01 (um) ano a contar desta data.

O membro do Conselho de Administração ora empossado declara, sob as penas da lei, preencher os requisitos legais para integrar a administração da Sociedade e não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou em decorrência do cometimento de crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

São Paulo, 9 de outubro de 2020


BORIS MUROCH



JULIUS
BAER
FAMILY
OFFICE
BRASIL

JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL

GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.

CNPJ nº 12.695.840/0001-03

NIRE 35.224.784.497

19ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ANEXO II

Termos de Posse dos Diretores Executivos



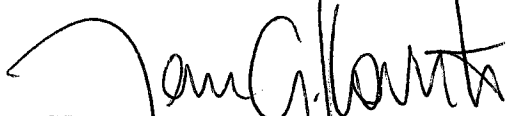
JULIUS SP
25 10 20
20

TERMO DE POSSE

Na sede social da **JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ sob o nº 12.695.840/0001-03 ("Sociedade"), é empossado o Sr. **Jan Gunnar Karsten**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG nº 25.141.232 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.400.649-64, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, para ocupar o cargo de Diretor Executivo da Sociedade, nos termos de sua eleição deliberada na 19ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada nesta data. O prazo de mandato do Diretor Executivo ora empossado é de 03 (três) anos a contar desta data.

O Diretor Executivo ora empossado declara, sob as penas da lei, preencher os requisitos legais para integrar a administração da Sociedade e não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou em decorrência do cometimento de crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

São Paulo, 9 de outubro de 2020.



JAN GUNNAR KARSTEN

JULIUS BAER
20 10 20
22

TERMO DE POSSE

Na sede social da **JULIUS BAER FAMILY OFFICE BRASIL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ sob o nº 12.695.840/0001-03 ("Sociedade"), é empossado o Sr. **Paulo Pereira Miguel**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade RG nº 19.520.134-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 195.200.658-90, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira de Ferraz, 68, 10º e 11º andares, Vila Olímpia, CEP 04552-040, para ocupar o cargo de Diretor Executivo da Sociedade, nos termos de sua eleição deliberada na 19ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada nesta data. O prazo de mandato do Diretor Executivo ora empossado é de 03 (três) anos a contar desta data.

O Diretor Executivo ora empossado declara, sob as penas da lei, preencher os requisitos legais para integrar a administração da Sociedade e não estar impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou em decorrência do cometimento de crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

São Paulo, 9 de outubro de 2020


PAULO PEREIRA MIGUEL

